



AJUSTE DIRETO

PROC. N.º RA02.2022

CONVITE

(Artigo 115º do Código dos Contratos Públicos - CCP)

Dando cumprimento à deliberação da Direção da Associação das Termas de Portugal, datada de 02/02/2022, **convida-se** essa empresa a apresentar proposta no âmbito do **Ajuste Direto** adotado nos termos da subalínea i) da alínea e) do n.º 1 do artigo 24.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua atual redação, para a celebração do contrato de aquisição de serviços identificado de seguida, de acordo com o Caderno de Encargos anexo ao presente convite e com base nos seguintes elementos:

Artigo 1.º

Objeto

O presente procedimento tem como fim a **Aquisição de Serviços para realização do Roteiro Regional para a Alimentação Saudável Termas Centro por Miguel Gameiro, do projeto Âncora de Animação das Termas Centro – PROVERE- Valorização das Estâncias Termais da Região Centro, enquadrado no Eixo Prioritário 4 e na Prioridade de Investimento (PI) 8.9/8b**, em conformidade com as cláusulas jurídicas e técnicas descritas no caderno de encargos anexo ao presente Convite e em absoluto respeito e cumprimento da legislação em vigor.

Artigo 2.º

Enquadramento

1- O projeto Termas Centro, cujo promotor líder é a Associação das Termas de Portugal - Delegação Centro - é um projeto cofinanciado pelos programas operacionais Centro 2020, Portugal 2020 e pela União Europeia, através do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), no âmbito da Estratégia de Eficiência Coletiva PROVERE (Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos).

2 - Termas Centro é um projeto que visa promover as Estâncias termais que integram a rede: Termas de Alcafache, Termas de Almeida - Fonte Santa, Termas de Águas - Penamacor, Termas do Bicanho, Caldas da Felgueira, Caldas da Rainha, Termas do Carvalhal, Termas da Curia, Termas do Cró, Termas da Ladeira de Envendos, Termas de Longroiva, Termas de Luso, Termas de Manteigas, Termas de Monfortinho, Termas da Piedade, Termas de Sangemil, Termas de São Pedro do Sul, Termas de Unhais da Serra, Termas de Vale da Mó e Termas do Vimeiro.

3 – A presente iniciativa - “Roteiro Regional para a Alimentação Saudável Termas Centro e Animação Cultural e Recreativa” - compreende uma abordagem inovadora ao produto termal, na medida em que está focada numa temática complementar às atividades 'core' das Estâncias Termais, mas que integra o conceito mais abrangente associado à saúde e bem-estar e à qualidade de vida, onde a alimentação saudável é um requisito chave cada vez mais valorizado pelo consumidor.

4 - Paralelamente, importa também assinalar que esta iniciativa tem por base os produtos alimentares e agroalimentares locais e propõe-se valorizar os mesmos no contexto da alimentação saudável, abrindo portas em



simultâneo aos produtores locais para exporem os seus produtos no 'mercado local' (atividade complementar à iniciativa gerida sobre responsabilidade da entidade adjudicante).

Artigo 3.º

Contratação por lotes

Na formação do contrato objeto do presente procedimento não haverá lugar à contratação por lotes.

Artigo 4.º

Entidade Adjudicante

A entidade adjudicante é a Associação das Termas de Portugal - Delegação Centro, com o NIF 503975281, e sede em Rua da Barroca, nº3 1º andar, 3660-692 Várzea São Pedro do Sul, com os seguintes contactos:

Telefone: 232 094 109;

E-mail: geral@termascentro.pt.

Artigo 5.º

Órgão competente para prestar esclarecimentos

Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso são da competência dos serviços da entidade adjudicante.

Artigo 6.º

Esclarecimentos e retificação das peças do procedimento

- 1 - O concorrente pode solicitar esclarecimentos relativos à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, até ao término do primeiro terço do prazo fixado para apresentação das propostas.
- 2 - Os pedidos de esclarecimentos deverão ser apresentados por escrito, através da plataforma eletrónica de contratação pública da “ACINGOV” disponível em <https://www.acingov.pt>.
- 3 - Os esclarecimentos serão prestados e disponibilizados na plataforma eletrónica de contratação pública e juntos às peças do procedimento que se encontram patentes para consulta.

Artigo 7.º

Elementos da proposta

- 1 - A proposta é a declaração pela qual o concorrente manifesta a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo. Na proposta os concorrentes devem indicar todos os elementos constantes do presente convite e do caderno de encargos anexo.
- 2 - A proposta deverá indicar o valor, em algarismos e por extenso, excluindo o IVA, mas mencionando expressamente que ao preço indicado acresce o IVA, indicando-se o respetivo valor e taxa legal aplicável.
- 3 - A proposta deve ser assinada pelo concorrente ou seus representantes legais.
- 4 - O concorrente fica obrigado a manter a sua proposta pelo prazo de 66 dias, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

5 - Os documentos que constituem a proposta, bem como os documentos de habilitação, devem ser redigidos em língua portuguesa. Quando pela própria natureza ou origem, os documentos estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

Artigo 8.º

Propostas variantes

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

Artigo 9º

Documentos que acompanham a proposta

A proposta será constituída pelos documentos constantes das alíneas a), b), c) do nº 1 do artigo 57º do citado diploma, nomeadamente:

- a) Declaração elaborado de acordo com o modelo constante do Anexo I ao C.C.P;
- b) Documento que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar (Formato PDF).
- c) Outros documentos que o concorrente considere pertinentes.

Artigo 10.º

Modo de apresentação da proposta

1 - Os documentos que constituem a proposta deverão ser apresentados diretamente pelos concorrentes ou seus representantes, (através de meio de transmissão escrita e eletrónica de dados), na plataforma eletrónica de contratação pública, utilizada pela entidade adjudicante, a saber, “ACINGOV” disponível em <https://www.acingov.pt/>.

2 - A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.

3 - As propostas, uma vez recebidas, podem ser retiradas desde que tal vontade seja manifestamente expressa pelo concorrente à entidade adjudicante.

4 - A retirada da proposta não prejudica o direito de apresentação de nova proposta dentro do prazo inicialmente fixado.

5 - Previamente ao seu carregamento ou upload para a plataforma de compras públicas, a proposta e todos os documentos que a constituem, terão de ser assinados eletronicamente, mediante a utilização de certificado de assinatura eletrónica qualificada, pelo representante da empresa ou seu mandatário, com poderes devidamente conferidos para esse efeito, conforme disposto nos artºs 54º e 68º a Lei 96/2015 de 17 de agosto.

6 - No caso de o certificado digital qualificado, usado para assinar digitalmente os documentos e as transações na plataforma eletrónica, não poder relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, deverá igualmente ser carregado um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante. O documento eletrónico oficial deverá estar assinado digitalmente.



Artigo 11.º

Prazo para entrega das propostas

- 1 - O prazo para entrega da proposta decorrerá até às 23.59h do 10º dia contando a partir do dia do envio do convite.
- 2 - A data limite fixada pode, a pedido dos interessados e em casos devidamente fundamentados, ser prorrogada por prazo adequado quando o Convite, o Caderno de Encargos ou os esclarecimentos solicitados não possam ser fornecidos nos prazos estabelecidos para o efeito.

Artigo 12.º

Prazo de manutenção das propostas

Nos termos do artigo 65º do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, o concorrente fica obrigado a manter a respetiva proposta durante um período de 66 dias, contados do termo do prazo fixado para apresentação da proposta.

Artigo 13.º

Avaliação das propostas

Após ter sido descriptada, os serviços procedem à análise da proposta recebida e documentação anexa, e à aplicação do (s) critério (s) de adjudicação adotado (s).

Artigo 15.º

Critério de adjudicação

O critério que presidirá à adjudicação será o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada pela modalidade prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 74º do CCP:

- Avaliação do preço ou custo enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar.

Artigo 16.º

Negociação

A proposta não será objeto de negociação.

Artigo 17.º

Informação dos serviços

- 1 - Após a análise da proposta, e a aplicação do critério de adjudicação, os serviços elaboram fundamentadamente uma informação, na qual devem identificar a mesma e analisar o seu mérito com vista à admissão.
- 2 - Para efeitos de elaboração desta informação, os serviços podem exigir ao concorrente os esclarecimentos que considerem convenientes, obrigando-se este a fornecê-los.

3 – Na informação a que se refere o número anterior, os serviços devem também propor, fundamentadamente, a exclusão da proposta, nos casos em que:

- a) Não seja constituída por todos os documentos exigidos no artigo 7.º;
- b) Seja apresentada como variantes quando estas não sejam admitidas;
- c) Não observe as formalidades do modo de apresentação das propostas fixadas no artigo 8.º;
- d) Seja constituída por documentos falsos ou nos quais os concorrentes prestem culposamente falsas declarações;
- e) Revele a existência de fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras da concorrência;
- f) Seja apresentada por concorrente em violação do disposto no n.º 2 do artigo 54.º do C.C.P;
- g) Cuja análise revele alguma das situações previstas no n.º 2 do artigo 70.º do CCP.

4 - Serão também excluídas as propostas do concorrente, quando este apresente mais de uma proposta para o objeto da aquisição do presente procedimento que não tenham sido retiradas.

5 – A informação suprarreferida, a proposta admitida, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, é enviada ao órgão competente para a decisão de contratar.

6 - Cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação do teor da informação, nomeadamente para efeitos de adjudicação.

Artigo 20.º

Ato de adjudicação

- 1 - A adjudicação é o ato pelo qual o órgão competente para a decisão de contratar aceita a proposta apresentada.
- 2 - Do ato de adjudicação será, até ao termo do prazo da obrigação de manutenção das propostas, notificado o concorrente.
- 3 - Caso tenham sido previstos no procedimento, serão efetuadas adjudicações parciais ou por lotes.
- 4 - Quando ocorra a separação das adjudicações por lotes, a cada um deles corresponderá, caso o seu valor seja superior ao limite definido na alínea a) do artigo 95.º do CCP, um contrato separado;
- 5 – O disposto nos números anteriores não prejudica a celebração de contratos que combinem ou incluam vários lotes ou a totalidade dos mesmos, desde que adjudicados à mesma entidade.

Artigo 21.º

Documentos de habilitação

1 - O concorrente adjudicatário deverá, no prazo de 5 dias úteis a contar da notificação da decisão de adjudicação, proceder à entrega dos seguintes documentos:

- a) Declaração elaborada de acordo com o modelo constante do anexo II ao CCP;

- b) Documento comprovativo em como o concorrente tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- c) Documento comprovativo em como o concorrente tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- d) Documentos comprovativos de que não se encontra em nenhuma das situações previstas nas alíneas b), c), f), g) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP.
- e) Certidão Permanente do Registo Comercial, onde conste nomeadamente a identificação e a titularidade de poderes para a assinatura de contratos com entidades públicas, e/ou se for o caso, credencial habilitadora de poderes para outorga do respetivo contrato, e bem assim, cópia do Cartão de Pessoa Coletiva, Bilhete de Identidade e Cartão de Contribuinte de quem outorga no contrato em representação do concorrente adjudicatário.

2 - A não apresentação dos documentos de habilitação no prazo determinado, por facto imputável ao adjudicatário, implicará:

- a) A caducidade da adjudicação;
- b) A adjudicação à proposta ordenada em lugar subsequente.

3 - Implicará também a caducidade da adjudicação, sem prejuízo de outros procedimentos, a falsificação de qualquer documento de habilitação ou a prestação culposa de falsas declarações.

Artigo 22.º

Contrato

- 1 - Haverá lugar à celebração de contrato escrito sempre que o seu valor seja superior ao limite definido na alínea a) do artigo 95º do CCP.
- 2 - Do contrato a celebrar fará parte integrante o clausulado constante do artigo 96º do aludido Decreto-Lei nº 18/2008, sendo a respetiva minuta, depois de aprovada pelo órgão competente, notificada ao adjudicatário em simultâneo com a decisão de adjudicação.
- 3 - Após aceitação da minuta do contrato a celebrar, o mesmo terá lugar no prazo de 5 dias contados da data da referida aceitação.
- 4 - Em tudo o não especificado no presente convite, aplicam-se as disposições constantes do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, bem como as disposições legislativas e regulamentares aplicáveis, de acordo com a natureza da aquisição de serviços aqui em causa.
- 5 - Será feita a publicação no Portal da Internet www.base.gov.pt.

Artigo 23.º

Caução para garantir o cumprimento de obrigações

Não é exigida a prestação de caução, de acordo com a possibilidade prevista no nº 2 do artigo 88º do CCP.

Artigo 19.º

Comunicações e notificações

1 - Em sede de execução contratual, todas as comunicações da entidade adjudicante dirigidas ao adjudicatário são efetuadas por escrito e enviadas através de correio registado ou correio eletrónico, de acordo com os seguintes elementos:

- a) Morada: Rua da Barroca, nº3 1º andar, 3660-692 Várzea-São Pedro do Sul
- b) E-mail: geral@termascentro.pt

Artigo 25.º

Direito aplicável

Em tudo o omissso no presente convite, aplica-se o regime previsto na Lei nº 30/2021, de 21 de maio, assim como, no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto (retificado pelas declarações de retificação n.º 36-A/2017, de 30 de outubro e n.º 42/2017, de 30 de novembro), pelo Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio, pelo Decreto-Lei n.º 170/2019, de 4 de dezembro, pela Resolução da Assembleia da República n.º 16/2020, de 19 de março e pelo artigo 21.º da Lei n.º 30/2021 de 21 de maio.

JUNTA: CADERNO DE ENCARGOS

São Pedro do Sul, 03 de Fevereiro de 2022

Os Representantes da Associação das Termas de Portugal – Delegação Centro

Assinado por: **António Luís Vaz da Veiga Camões**
Num. de Identificação: 04567620
Data: 2022.02.03 13:35:05+00'00'



(Luís Vaz da Veiga Camões)

(Vogal)

Assinado por : **VICTOR JORGE PAIVA LEAL**
Num. de Identificação: 09715431
Data: 2022.02.03 14:04:29+00'00'



(Victor Jorge Paiva Leal)

(Presidente)